



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ECONÔMICA DE  
SUAS ORIGENS**

**CÉLIO BORBA MAY**

**FLORIANÓPOLIS (SC), JUNHO DE 2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ECONÔMICA DE  
SUAS ORIGENS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Célio Borba May

Orientador: Marcos Valente

Áreas de pesquisa: Economia Brasileira

Palavras-chave: Análise histórica

Brasil

Economia

Industrialização

Origens

**Florianópolis (SC), junho de 2009.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir nota 7,0 ao aluno Célio Borba May na Disciplina  
CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

**Banca examinadora:**

Assinatura manuscrita de Marcos Valente, escrita em tinta preta sobre uma linha horizontal.

**Marcos Valente**

Assinatura manuscrita de Marialice de Moraes, escrita em tinta preta sobre uma linha horizontal.

**Marialice de Moraes**

Assinatura manuscrita de Valdir Alvim da Silva, escrita em tinta preta sobre uma linha horizontal.

**Valdir Alvim da Silva**

## RESUMO

O presente trabalho, busca abordar a trajetória da economia cafeeira e sua importância para a formação econômica do Brasil, com o objetivo de demonstrar as consequências que o café gerou para o surgimento e o desenvolvimento da industrialização. Seu principal objetivo é elucidar eventuais dúvidas e identificar a relação entre a economia cafeeira e a industrialização brasileira, com fundamento em livros, artigos, periódicos e também sites da internet. Portanto, no segundo capítulo, tratou-se das considerações sobre a Independência do Brasil e o mercado cafeeiro. No terceiro capítulo, teceu-se comentários acerca da crise da economia cafeeira. E, finalmente, no quarto e último capítulo, fez-se, então, uma análise da industrialização brasileira e qual os reflexos causados pela crise do café, nesta última, que passou a se desenvolver, verdadeiramente, após a crise de superprodução do café em 1929. Após este estudo, remeteu-se à conclusão na qual foram mencionados os pontos conclusivos mais importantes do presente trabalho, seguidos da estimulação à continuidade das reflexões acerca da industrialização no Brasil: uma análise histórica e econômica de suas origens.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA .....	5
1.2 OBJETIVOS .....	7
1.2.1 Geral .....	7
1.2.2 Específicos .....	8
1.3 METODOLOGIA.....	8
<b>CAPÍTULO 2 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O MERCADO CAFEIRO.....</b>	<b>11</b>
2.1 O CAFÉ NA FASE DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL .....	11
<b>CAPÍTULO 3 – A CRISE DA ECONOMIA CAFEIRA .....</b>	<b>22</b>
3.1 A CRISE SOFRIDA PELO CICLO DO CAFÉ E SUAS CONSEQUÊNCIAS .....	22
<b>CAPÍTULO 4 – ASPECTOS DESTACADOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>32</b>
4.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PRÉ 1930 .....	33
4.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PÓS 1930 .....	35
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

### 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

O presente trabalho tratará da trajetória da economia cafeeira e sua importância para a formação econômica do Brasil e demonstrará as consequências que o café gerou para o surgimento e o desenvolvimento da industrialização, uma vez que este produto brasileiro já era a principal mercadoria de exportação na década de 1840. (SILVA, 1986, p. 12).

Ensina Silva (1986, p. 12), que em seu conjunto, o período da história econômica brasileira se apresenta por meio do desenvolvimento e da crise na economia cafeeira, que intensifica e cria condições necessárias para a implantação da industrialização brasileira.

Sendo assim, assinala-se que este trabalho apresentará características do setor cafeeiro, que possibilitou a diversificação de atividades econômicas internas, como também modernizou a economia (SUZIGAN, 2000, p. 17).

Dentro deste contexto, afirma Ohweiler (1990, p. 8), que:

A economia mercantil-escravista, no conjunto de suas duas fases – a colonial e a nacional -, estende-se por quase quatro séculos, a partir da colonização portuguesa, no século XVI até os primórdios do capitalismo agroexportador no final do século XIX. Entrementes, o Brasil sofreu grandes transformações. [...]. As transformações econômicas se expressam nos sucessivos ciclos – o do açúcar e da pecuária nos séculos XVI e XVII, o da mineração no século XVIII e o do café com início no século XIX-, a que se somaram outras atividades econômicas secundárias ou complementares – como a produção de algodão, do arroz, do fumo e dos gêneros de subsistência – e as várias atividades extrativas (madeira e outros produtos florestais, etc.). Embora a fisionomia demográfica, econômica, social e política do Brasil se tenha modificado no decurso do período histórico em questão, a estrutura econômica, fundada no trabalho escravo, não sofreu alteração. [...].

Diz-se, então, que foi o setor cafeeiro que possibilitou e também limitou a industrialização, motivo pelo qual, será ele o ponto de referência e embasamento deste trabalho, uma vez que constituía para a sociedade brasileira e para o futuro do Império,

um sólido e maciço alicerce econômico, sobre o qual se alargaria o desenvolvimento do país. (SCANTIMBURGO, 1980, p. 45).

#### O café como uma base econômica do Segundo Reinado, retrata:

A superação da crise regencial, a reorientação centralista e conservadora e a conseqüente estabilidade do Império a partir de 1850 [...].

Como vimos, a estrutura econômica e social do Brasil não havia sido alterada com a emancipação política e continuava, em essência, tão colonial e escravista quanto fora durante o período colonial. Estruturada para a monocultura, a economia colonial e escravista no Brasil prosperou quando produziu uma mercadoria de grande aceitação no mercado europeu e, também, quando não era ameaçada pela concorrência. Assim aconteceu com o açúcar no passado e agora com o café, em meados do século XIX.

Desenvolvendo-se principalmente no sudeste (Rio, Minas e São Paulo), a cafeicultura forneceu uma sólida base econômica para o domínio dos grandes proprietários daquela região e favoreceu, enfim, a definitiva consolidação do Estado nacional (CULTURA BRASIL).

Colhe-se do *site* da EMBRAPA, que o café é e foi considerado no período do Império Brasileiro, uma importante fonte de renda para a economia, em decorrência de sua participação na receita cambial, na transferência de renda aos outros setores da economia, na contribuição para a formação de capital no setor agrícola do país, além de possuir significativa capacidade de absorção de mão-de-obra.

Verifica-se que ao estabelecer a cultura brasileira, no ano de 1727 é que advêm as primeiras exportações em 1731 e 1732, que se tornaram significativas a partir do ano de 1802. Já, em 1831, a receita oriunda das vendas relativas ao café no mercado representou efetivo auxílio no pagamento da dívida externa brasileira. Em 1849 e 1850, a produção brasileira de café atingiu quarenta por cento da produção mundial e, chegou a contribuir isoladamente com setenta por cento do valor das exportações, no período de 1925 a 1929 e, mesmo que tenha, ao longo do tempo, atenuado essa participação, dada a contínua diversificação da pauta de exportações, o produto constitui-se, hodiernamente, expressivo gerador de divisas (EMBRAPA).

Com base em todo o exposto, “depois de permanecer estagnada por três quartos de século, a economia brasileira iniciou uma era de progresso a partir de meados do século XIX” (SUZIGAN, 2000, p. 17), razão pela qual a condição essencial

para o desenvolvimento da economia brasileira, no século XIX, teria sido a expansão de suas exportações, tais como:

[...]. O café, se bem que fora introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti. No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações no Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. Conforme já observamos, todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café. (FURTADO, 2001, p. 113).

Sendo assim, anota-se que foi por intermédio da economia cafeeira que se viabilizou o início da industrialização brasileira e que, deste modo, “[...] estava inteiramente organizada para abastecer o mercado externo, no qual, por sua vez, adquiria os produtos manufaturados de que precisava”. (CULTURA BRASIL).

Frente a esta temática, afirma-se que será apresentado neste trabalho, um estudo inerente à história e à economia no percurso da industrialização do Brasil, razão pela qual buscar-se-ão fundamentos metodológicos para o auxílio desta investigação, bem como entendimentos que destacam o café como sendo aquele impulsionador do desenvolvimento sócio-econômico do país.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Geral

Abordar a trajetória da economia cafeeira e sua importância para a formação econômica do Brasil, com o objetivo de demonstrar as consequências que o café gerou para o surgimento e o desenvolvimento da industrialização.



## 1.2.2 Específicos

- a) Examinar as características do mercado cafeeiro, sua origem e demais peculiaridades, assim como a sua contribuição após a Proclamação da Independência do Brasil;
- b) Demonstrar a trajetória e formação da industrialização no Brasil e as características do contexto social brasileiro no momento que antecede e acompanha a modernização econômica.
- c) Estudar os ensinamentos de autores sobre o assunto, com a finalidade de apresentar, principalmente, aqueles entendimentos que destacam o café como sendo o impulsionador do desenvolvimento sócio-econômico do país.

## 1.3 METODOLOGIA

Para Gil (2002, p. 31), o método significa o caminho para se chegar ao fim. Portanto, método científico pode ser aquele compreendido como o caminho para chegar-se à verdade em ciência, ou como o conjunto de procedimentos que organizam o pensamento e elucidam quais os meios adequados para se adentrar ao conhecimento.

Comenta o mesmo autor, que:

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, não basta que seja verdadeiro. Requer-se a identificação das operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, é necessário identificar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. (GIL, 2002, p. 31).

Sendo assim, método de pesquisa é o caminho pelo qual se alcança um certo objetivo, é um modo de proceder, ou até mesmo uma forma de agir. No

desenvolvimento de uma pesquisa científica é essencial que se utilize um método de pesquisa, uma vez que este se traduz em técnicas e instrumentos que apresentam um modo sistematizado da maneira de proceder em um processo de pesquisa. (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007, p. 24).

Elucida Pasold (1999, p. 85) que “[...], **método é a forma lógico-comportamental-investigatória na qual se baseia o pesquisador para buscar os resultados que pretende alcançar**”.

Corroborando Gil (2000, p. 32), que os métodos de abordagem:

[...] esclarecem acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos com base em elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações. Incluem-se nesse grupo os métodos dedutivo, indutivo, dialético e hipotético-dedutivo.

Destaca-se, então, que utilizar-se-á no presente trabalho o método dedutivo, uma vez que será estabelecida uma formulação geral e, posteriormente, demonstradas as partes do fenômeno em foco, que sustentará a formulação geral. (PASOLD, 1999, p. 85).

Para Souza, Fialho e Otani (2007, p. 25) o método dedutivo foi indicado por Descartes, Spinoza e Leibniz, sendo que pressupõe, que somente a razão é apropriada para se levar ao verdadeiro conhecimento. Assim, o raciocínio dedutivo tem por principal finalidade explicar o conteúdo das premissas.

Complementa Gil (2000, p. 32), que “o método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular”, o que ocorrerá no desenvolvimento do presente trabalho, visto que abordar-se-á as características do mercado cafeeiro, sua origem e demais peculiaridades, assim como a sua contribuição após a Proclamação da Independência do Brasil, para, por conseguinte, a trajetória e formação da industrialização no Brasil e as características do contexto social brasileiro no momento que antecede e acompanha a modernização econômica, e, finalmente, estudar-se os ensinamentos de autores sobre o assunto, com a finalidade de apresentar, principalmente, aqueles entendimentos que destacam o café

como sendo o impulsionador do desenvolvimento sócio-econômico do país, conforme mencionou-se anteriormente nos objetivos específicos da presente pesquisa.

Diz-se que os métodos indicativos dos meios técnicos para a investigação serão o método observacional e monográfico. O primeiro compreende a Economia em todas as suas modalidades, quais sejam, com fundamento na observação direta dos indivíduos; por intermédio de entrevistas e questionário; como também segundo documentos produzidos. Já, o método monográfico é aquele que se fundamenta em um exame aprofundado de um determinado caso que seja considerado representativo de muitos outros, como ocorre com a análise histórica e econômica da industrialização no Brasil. (GIL, 2000, p. 41-42).

Salienta-se também, que o processo de pesquisa buscará fornecer uma análise sistemática e controlada mediante a operacionalização do método científico. Assim, realizar-se-á um delineamento de pesquisa bibliográfica, que é aquela:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todas as pesquisas seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas implementadas exclusivamente com apoio em fontes bibliográficas. São comuns em Economia as pesquisas desse tipo, sobretudo as que são desenvolvidas no campo acadêmico. A maioria das monografias de conclusão de curso podem ser consideradas como pesquisas bibliográficas, assim como boa parte das dissertações de mestrado. (GIL, 2000, p. 56-57).

Tratando-se da classificação da pesquisa, observa-se, ainda, que quanto aos seus objetivos, esta classificar-se-á em pesquisa descritiva, uma vez que versa sobre a descrição de fatos ou de fenômenos por meio de levantamentos ou de observações. (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007, p. 38).

Neste sentido, o presente trabalho visa examinar, a partir das diretrizes metodológicas apresentadas, os aspectos da Industrialização no Brasil: uma análise histórica e econômica de suas origens, sendo que para esclarecer-se a metodologia empregada, apresenta-se, brevemente, no próximo capítulo, algumas considerações acerca do mercado cafeeiro.

## **CAPÍTULO 2 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O MERCADO CAFEIEIRO**

Neste capítulo, tratar-se-á dos aspectos históricos inerentes à Independência do Brasil, bem como sobre o mercado cafeeiro que impulsionou a economia brasileira e o desenvolvimento industrial.

Portanto, destaca-se “[...] a grande importância do setor cafeeiro na economia brasileira, sendo este setor, responsável direta e indiretamente, por parcela significativa da renda gerada no País”. (VERSIANI; BARROS [Org], 1978, p. 174).

### **2.1 O CAFÉ NA FASE DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Apesar de o café ser consumido na Europa desde o ano de 1650, tornou-se uma bebida popular naquele continente entre os anos de 1710 e 1750, o que estimulou a sua cultura, principalmente, nas possessões francesas do Caribe, onde o Haiti tomou-se o principal produtor do mundo. (FURTADO, 1981, p. 115).

No Brasil, colhe-se de informativo do *site* Portal São Francisco, que o café é muito especial para a história, uma vez que considerado o maior gerador de riquezas e um dos produtos mais importantes. Ele é capaz de demonstrar todo o desenvolvimento do país a partir de sua própria história, ou seja, sua origem, plantio, comercialização e sucesso no exterior. O café, portanto, construiu a nação brasileira e apresentou-a ao mundo.

Aliás, desde a sua descoberta, na Abissínia, o café passou por aproximadamente nove séculos até chegar ao Brasil, no ano de 1727. Entrou no país pelo Estado do Pará, pois trazido da Guiana Francesa por meio do sargento mor Francisco Melo Palheta que, com o intuito de resolver questões de fronteiras, tinha sido mandado para aquele país para conseguir mudas da planta. Sua missão foi bastante

complicada, uma vez que na Guiana Francesa as mudas de café eram de difícil acesso a qualquer tipo de estrangeiro. (PORTAL SÃO FRANCISCO).

Extrai-se do mesmo *site* Portal São Francisco, que:

[...]. Inicialmente plantado em Belém do Pará, o café adaptou-se ao solo, mesmo não tendo um clima tão propício à sua cultura, tanto que, em 1731, já era cultivado em extensas áreas nos arredores da capital. Por volta de 1732, foi instalada, em Nova Iorque, a primeira bolsa de café e o produto passou a ser comercializado no mercado mundial como uma commodity<sup>1</sup>.

Da região Norte, o café foi para o Nordeste, passando pelo Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, até chegar, em 1773, ao Rio de Janeiro. Expandiu-se pela Serra do Mar, atingindo, em 1825, o Vale do Paraíba, daí alcançando os estados de São Paulo e Minas Gerais, onde encontrou condições para o seu desenvolvimento. O clima e as terras férteis da região transformaram o Brasil no maior produtor mundial de café no final do século XIX. [...].

**O café esteve presente em todos os momentos históricos do país. Logo após a Independência, foi o café o fator de desenvolvimento e modernização do Brasil, pois, para escoar sua produção, foram construídas estradas de ferro, abertos novos portos, o número de bancos foi ampliado e o comércio tornou-se mais ágil.** Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o Império Brasileiro passou a ser conhecido como o Império do Café, já que a monarquia de D. Pedro II, bastante centralizadora, atendia, sobretudo, aos interesses dos fazendeiros do vale do Paraíba, grandes produtores de café. As fazendas de café concentraram toda a riqueza brasileira durante três quartos de século.

Sua influência não foi só econômica, mas também social e política. Os mais importantes fatos ocorridos no Brasil foram devido à lavoura, que formou a última aristocracia do país. Os fazendeiros produtores do grão enriqueceram e muitos tornaram-se tão famosos que passaram a ser chamados de Barões do Café (grifo nosso).

Corroborando com o acima exposto, Holloway (1978, p. 17), ao afirmar que o café foi introduzido no Brasil, no início do século XVIII. Durante o período de um século, foi considerado um artigo fino, destinado, principalmente, ao consumo local e aos cafés das principais cidades da Europa.

A terra era bastante fértil e existia a possibilidade de dispor de recursos ociosos na mineração, tanto em homens quanto em mares para carga, que deslocaram-se para a cafeicultura nascente. A agroindústria açucareira da região nordestina, ao passar por uma fase crítica de estagnação, viabilizou a liberação de grande parte da mão de obra, cuja procura aumentava gradativamente nas regiões

---

<sup>1</sup> A tradução literal da expressão significa: marcadoria.

cultivadas de café. Assim, além da migração interna, foi intensificado também o tráfico de escravos da África. (FURTADO, 1981, p. 97).

Ao tratar do tráfico de escravos da África para o Brasil, esclarece Triumpho (1991, p. 17), que o povo negro trabalhou e muito para o desenvolvimento brasileiro, por meio de atividades nos canaviais, na mineração, nos cafezais, nas charqueadas, enfim, em todas as áreas formadoras da economia nacional.

Aliás, destaca Mello (2003, p. 35) no tocante aos navios negreiros e, conseqüentemente, quanto ao tráfico de escravos:

Vieram, portanto, os negros africanos, como escravos, pisar o solo brasileiro. Aliás, junto com a primeira expedição, a de Martin Afonso de Souza, em 1532, os negros se faziam presentes. Estava aberta uma nova relação, pois, além do colonizador português, a força física do negro africano era requisitada para empreender energia e vigor nos primeiros passos da afirmação da Colônia. [...]. Esse fortalecimento foi, portanto, erigido com o suor e o sacrifício diário e permanente do escravo, permitindo que os portugueses, contando também com o seu auxílio inestimável, estabelecessem fortificações e resistissem às inúmeras tentativas de conquista efetuadas por outros países, corsários e conquistadores.

Aos navios negreiros uma nova rota, ao superar as calmarias do Atlântico. Africanos capturados diretamente pelos portugueses, ou feitos prisioneiros de guerra na luta entre tribos, ou, então, elementos nocivos condenados por crimes, enfim, uma gama enorme passou a frequentar, em trânsito, os porões dos navios negreiros com destino ao Brasil.

Assim vieram os negros, oriundos de diversas nações africanas, como os sudaneses, com destaque para os orubas e os daomeanos; vieram os sudaneses ocidentais, onde os mais valorizados eram os das tribos hausas, tapas e mandingas, e bantus, das tribos angolanas, moçambicanas e congolesas.

Devido à queda nas exportações de algodão, açúcar e cacau, os fazendeiros sentiram a necessidade de obter altos lucros com o chamado "ouro negro". Desta forma, passaram a investir e ampliar os cafezais, sendo que na segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação brasileira, sendo também muito consumido no mercado interno. (SUA PESQUISA).

Segundo ensinamentos de Holloway (1978, p. 17), foi, então, na quarta década do século XIX, que o setor cafeeiro superou o açucareiro e foi considerado o produto mais importante de exportação do Brasil.

A produção cafeeira cresceu, no Brasil, aproximadamente, 206% (duzentos e seis por cento) entre os anos de 1820 a 1840. Assim, o consumo internacional aumentou em grande escala e a produção brasileira atendeu a demanda, mesmo quando o valor oscilava no mercado mundial, visto que sua queda era compensada pelo acréscimo na quantidade de exportações, assegurando-se o nível da receita. (FURTADO, 1981, p. 97).

Disserta Scantimburgo (1980, p. 36):

Os últimos anos de D. João VI no Brasil foram sombreados de preocupações. Assinado com a Inglaterra o Tratado de 1810, logo em seguida à abertura dos portos, e instalada a Corte do Rio de Janeiro, era preciso explorar a nova terra não mais como uma longínqua colônia, mas como parte de um imenso império. A elevação do Brasil à condição de reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, decorreu da circunstância de não saber a família real quando poderia readquirir os seus direitos em Portugal, ocupada pelo invasor francês. Portugal ficou arruinado, durante longos anos. Seu povo, vivendo sob a ocupação napoleônica, que se supunha duradoura, a Coroa deveria adaptar-se às novas condições que lhe foram impostas pela guerra. Mudava rapidamente o mundo de então. Os Estados Unidos já estavam constituídos; as antigas colônias espanholas já estavam se emancipando, completamente desvinculadas da metrópole. Não teria escapado a D. João VI, portanto, a difícil situação em que se encontrava a Coroa, ameaçada, de um lado, pelo nativismo brasileiro, vigorosamente demonstrado na Inconfidência Mineira e nas sucessivas publicações, que circulavam pelo Rio de Janeiro e capitânicas do Brasil, todas elas reivindicando a independência. Na conjuntura de então, a economia brasileira começou a se deteriorar.

Salienta-se, ainda, que o Brasil registrava à época, um total desequilíbrio no que tange à balança comercial, debatendo-se, conseqüentemente, na crise de que o fenômeno inflacionário era a declaração mais evidente. O norte havia sofrido abalos em sua economia, conquanto o sul foi economicamente salvo pela economia cafeeira, e com ele todo o país. Assim, o café passou a representar neste lapso temporal até o século XX, o papel de apoio das finanças públicas brasileiras. Devido ao seu grande incremento na região fluminense, observa-se que a exportação do café passou a amparar o pequeno erário régio, porém a preparar o fortalecimento da economia de grande parte do reino unido que, brevemente, proclamaria a sua independência. (SCANTIMBURGO, 1980, p. 36).

Se pode notar, durante a década de 20, que a participação do mercado cafeeiro na economia brasileira foi bastante elevada. A participação das exportações de café aumentou rapidamente de 56% (cinquenta e seis por cento) no ano de 1919, para

75,4% (setenta e cinco vírgula quatro por cento) em 1924, conservando-se, em, aproximadamente, 70% (setenta por cento) até o fim da década de 20. (VERSIANI; BARROS [Org], 1978, p. 175).

Segundo Scantimburgo (1980, p. 37):

A economia cafeeira, fazendo afluir apreciáveis montantes de libras, então a moeda forte de troca, sustentou o Império nascente. Daí não ter havido acaso na escolha do ramo de café para um dos adornos do símbolo nacional. O açúcar, o tabaco, o algodão não poderiam se comparar em vigor econômico e possibilidades futuras, com a cultura introduzida há um século no Pará, e, àquela altura, toda espalhada pela região fluminense. O governo de D. Pedro I veio a contar, desde o seu primeiro dia, com um produto de irrestrita aceitação nos mercados internacionais, de fonte de trabalho interno e de ponto de partida, embora incipiente, do desenvolvimento nacional. É expressivo, que a formação da classe dirigente, com a vinda da família real para o Brasil, a Independência, e todos os seus movimentos, os nove anos de governo do primeiro imperador, a regência e o início do segundo reinado, o seu apogeu, a sua decadência política, a proclamação da República, até o início da industrialização e a diversificadora mudança agrícola das duas primeiras décadas do século, se tivessem feito sob o signo do café, o mais durável produto que qualquer país já teve.

Se atentar-se ao fato de que grande parte do sistema econômico brasileiro dependia essencialmente do setor cafeeiro, pode-se afirmar, então, que o fator condicionante das atividades econômicas internas, seria a receita de exportações deste produto, visto que no decorrer da década de 20, exercia-se uma política de valorização do café, gerando o crescimento de níveis altamente elevados. (VERSIANI; BARROS [Org], 1978, p. 175-176).

Aliás, insta salientar, que o ouro, o petróleo e os muitos minerais existentes tem tido ciclos; que o algodão, o açúcar e o cacau, assim como outras culturas, demonstram ciclos mais ou menos longos, mas, porém, só o café, até os dias atuais, começou o seu ciclo há duzentos e cinquenta anos, continua operante e forte e poderá viabilizar para o orçamento cambial do Brasil e sua economia interna, fluxos de recursos para a contribuição da economia nacional. (SCANTIMBURGO, 1980, p. 36-37).

Complementa Scantimburgo (1980, p. 38), que o Brasil se encontrava em situação bastante difícil ao amanhecer de sua Independência e que nos primeiros anos desta, faltava tudo, ou seja, não havia transporte, as rodovias eram abertas nas matas,

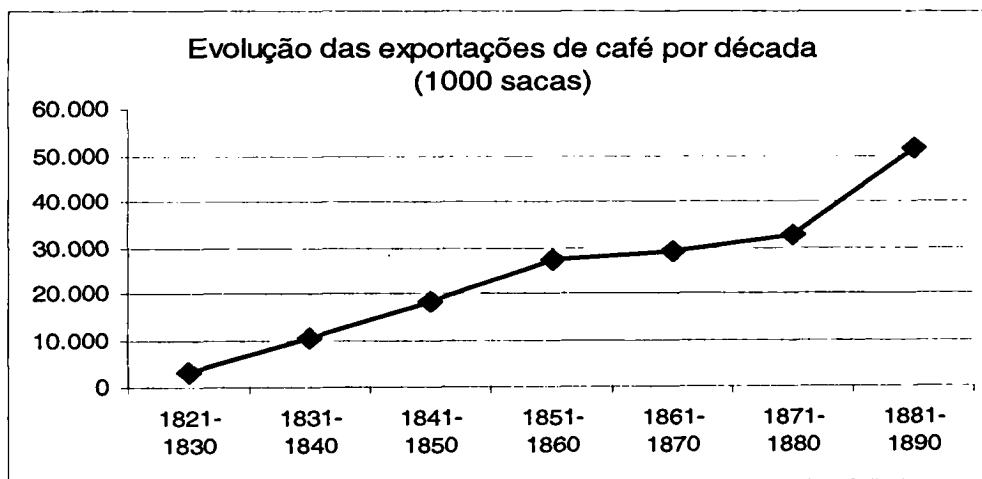


etc. Portanto, os produtos agrícolas, tais como o café, eram a salvação e tornavam a competitividade entre a concorrência cada vez maior.

Desta forma, “com uma tendência idêntica ao preço externo do café, temos o comportamento das relações de troca, ou seja, há uma variação de preços relativos favorecendo o setor exportador brasileiro, principalmente o cafeeiro”. (VERSIANI; BARROS [Org], 1978, p. 175-176).

No entanto, com a instituição do Império, até a abdicação de D. Pedro e no decorrer da regência, até a maioridade de D. Pedro II, ou seja, durante os anos críticos que sucederam a Independência do Brasil, o café contribuiu gradativamente com as exportações. Assim sendo, na fase de maioridade, o café participava com cinquenta por cento das exportações brasileiras, trazendo para o orçamento cambial cerca de ££ 2.300.000. Pode-se afirmar que a economia cafeeira, em expansão, fornecia a moeda de que tinha-se necessidade para implantar serviços, construir estradas de ferro, pagar alguns produtos industrializados que não eram produzidos no Brasil, como também produtos alimentares que ainda não eram fabricados. Por isso, o café deu origem a uma classe empresarial considerada economicamente fortalecida e politicamente vigorosa. (SCANTIMBURGO, 1980, p. 39).

Discorre Baer (2003), que na década de 1920, o setor cafeeiro foi responsável por 19% (dezenove por cento) do total das exportações, sendo que esta participação havia aumentado 63% (sessenta e três por cento). O seu rápido crescimento gerou os seguintes dados (1.000 sacas de 60 kg cada):



Por sua vez, elucida Furtado (1991, p. 113), que no primeiro decênio da independência, o café contribuía com aproximadamente 18% (dezoito por cento) do valor das exportações brasileiras, colocando-se em terceiro lugar, logo após o açúcar e o algodão. Nos dois decênios seguintes passou para o primeiro lugar e representou mais de 40% (quarenta por cento) do valor das exportações.

Entretanto, discorre Mello (1984, p. 53), que após a crise da economia colonial, nasceu a economia escravista cafeeira nacional, que revitalizou o caráter mercantil da economia e revigorou a escravidão, dentre os quadros de uma economia controlada nacionalmente.

Deste modo, assinala-se que a economia mercantil e escravista cafeeira nacional, foi uma obra do capital mercantil nacional, que foi se transformando, nos poros da colônia, mas adquiriu notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e também através do surgimento de um embrionário sistema monetário nacional, consequências da chegada, ao Brasil, da Família Real, que desembocou o passo decisivo para a formação do Estado Nacional (MELLO, 1984, p. 54).

Diz-se que a entrada do Brasil no setor cafeeiro viabilizou uma maior participação dos Estados Unidos em relações de troca, tornando as exportações brasileiras menos dependentes do mercado inglês. Apesar disso, a ausência de um mercado interno mais expressivo e o reduzido número de parceiros comerciais mantiveram a economia brasileira bastante reflexa. Aliás, anota-se que as crises da Europa e dos Estados Unidos, de 1857 e 1864 acarretaram grave repercussão na economia brasileira. (FURTADO, 1981, p. 98).

Portanto, afirma-se:

Até a República Velha (1889-1930), a economia brasileira dependia quase exclusivamente do bom desempenho das exportações, que na época se restringiam a algumas poucas *commodities*<sup>2</sup> agrícolas, notadamente o café plantado na região Sudeste, o que caracterizava a economia brasileira como agroexportadora. Esta foi a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial desde o período colonial, variando ao longo do tempo os produtos: açúcar, ouro, algodão, café, borracha etc.

O bom desempenho da economia brasileira de então dependia das condições do mercado internacional de café, sendo a variável-chave, na República Velha, o preço internacional do café. Apesar de ser o principal produtor de café, outros

---

<sup>2</sup> A tradução literal da expressão significa: mercadorias.

países também influíam na oferta, e boa parte do mercado era controlado por grandes companhias atacadistas que especulavam com estoques. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 1999, p. 229).

Leciona Furtado (1991, p. 112-114), que quando o café se tornou um produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção concentrou-se em uma região montanhosa e bem próxima da capital do país. Nas proximidades desta região, havia uma grande quantidade de mão de obra, em razão da desagregação da economia mineira. Por um lado, encontrar-se próximo do porto facilitava o problema do transporte. Assim, a primeira fase de expansão do mercado cafeeiro permitiu a vasta utilização de recursos preexistentes e subutilizados.

Corroborando com o exposto, assinala Silva (1986, p. 34), que a produção de café se apresentou sobre essas bases no decorrer da primeira metade do século XIX, até se tornar, na década de 1840, o principal responsável pelo primeiro produto brasileiro de exportação, representando quarenta por cento da totalidade das exportações. Por conseguinte, na década de 1860 já existia no Brasil uma classe denominada de capitalistas comerciais que além de bastante rica, aproveitava as condições favoráveis do mercado internacional.

Segundo lição de Silva (1986, p. 43-44), o rápido aumento da produção de café nas décadas de 1870 e 1880 é acompanhado por um certo deslocamento do centro geográfico das plantações. No decorrer da década de 1880 a produção cafeeira do Estado de São Paulo ultrapassou a produção do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, os planaltos do Estado de São Paulo praticamente substituíram o Vale do Paraíba. Nos anos de 1852 a 1857, o porto da cidade de Santos, situado no Estado de São Paulo, não escoava mais de 6% (seis por cento) da produção nacional do café, conquanto que o Estado do Rio de Janeiro era o principal responsável por 92% (noventa e dois por cento) das exportações deste produto. Já, entre os anos de 1867 a 1872, é também o porto do Rio de Janeiro que escoava 81% (oitenta e um por cento) da produção de café brasileiro. A partir da década de 1870, a Província de São Paulo é, sem sombra de dúvidas, a principal responsável pela expansão do mercado cafeeiro. Se tomar-se como alicerce de cálculo os anos de 1877 e 1878, os índices da produção de café em 1907 e 1908 são, para o Brasil como um todo 530 (quinhentos e trinta), para o Rio de Janeiro

166 (cento e sessenta e seis) e para São Paulo 1544 (mil quinhentos e quarenta e quatro).

Discorre Holloway (1978, p. 19), que por volta do ano de 1880, as terras férteis pertencentes ao Vale do Paraíba tinham sido totalmente aproveitadas para a produção do café e tornando-se cada vez mais cansadas. De 1880 até o final dos anos trinta, o movimento inerente à entrada do café no porto do Rio, ficou parado em três milhões de sacas por ano. Só foi evitado, este declínio do volume de café, embarcado por meio da capital brasileira, pois a produção de recentes plantações de Minas Gerais, era exportada mediante este produto. Todavia, há de salientar que se a produção de café na região fluminense parou neste período, o mesmo ocorreu em outras áreas produtoras do mundo. Por isso, a totalidade das exportações de café de todos os outros países flutuou do ano de 1860 até a Primeira Guerra Mundial, aproximadamente, entre três e cinco milhões de sacas.

Comenta Silva (1986, p. 56-57):

O problema da superprodução de café apareceu desde o final do século XIX. Em 1882, a produção mundial havia ultrapassado o consumo mundial. Com a crise de 1893 nos Estados Unidos, principal consumidor de café brasileiro, os preços desse produto no mercado mundial caem rapidamente. A cotação média anual do saco de 60 kg passa de 4,09 libras, em 1893, a 2,91 libras em 1896, e a 1,48 libras em 1899.

A política inflacionária seguida pelos primeiros governos republicanos e a rápida desvalorização da moeda brasileira que acompanha a inflação, permitem à burguesia cafeeira amortecer os efeitos da baixa dos preços. Com efeito, a moeda brasileira (na época o *mil-réis*), após ter variado entre 18,5 *pence* e 26,5 *pence* durante os dez últimos anos do Império, começou, com o advento da República, uma queda vertiginosa que a leva em dez anos, isto é, em 1899, a 7,5 *pence*. Dessa maneira a burguesia cafeeira distribui sobre o conjunto da economia brasileira os efeitos da baixa dos preços.

Contudo, essa política inflacionária tinha limites muito estreitos. De um lado ela acarretava o aumento dos preços dos produtos importados e portanto, nas condições da economia brasileira da época, uma alta geral do custo de vida. Em consequência, a burguesia cafeeira encontrava a oposição de todas as outras classes que não a burguesia agrário-exportadora, desde os importadores aos trabalhadores, passando em particular pela pequena-burguesia urbana. De outro lado, se o aumento do volume das exportações não era tão forte que pudesse compensar a baixa de preços (condição difícil de preencher nas condições da superprodução), o governo federal encontrava-se em má situação para controlar o serviço das dívidas, que devia ser pago em libras.

Proclamada a República no ano de 1889, veio ao poder uma imensa gama de profissionais liberais e de comerciantes que se deslocaram de posição soberana dos proprietários rurais. Aqueles grandes fazendeiros de café conjuntamente com os comerciantes relativos ao comércio externo, exerceram seu poder político para que houvesse uma descentralização e autonomia dos estados e cidades, o que se alcançou com a Constituição de 1891. Assim, os cafeicultores passaram a dominar aqueles estados produtores de café e, por intermédio destes, dirigir a política econômica do país até o ano de 1930. (FURTADO, 1981, p. 119).

De seu turno, assinala Aureliano (1981, p. 15) que entre os anos de 1919 e 1929, o capital cafeeiro conheceu uma notável expansão, vez que a produção média cresceu 14,1 milhões de sacas entre 1914-1915 e também entre 1918-1919, para 24,2 milhões entre 1929 a 1930 e 1933 a 1934.

Portanto, destaca a mesma autora, que:

Como é natural, o *boom* somente foi possível porque favorecido por um conjunto de condições verdadeiramente excepcionais. Embora já saibamos, em linhas gerais, quais sejam, é absolutamente imprescindível que as examinemos com cuidado, antes de tentar apreender o movimento real da economia brasileira naqueles anos. Vejamos, em primeiro lugar, as várias determinantes do ponto de vista da acumulação.

[...]. No Estado de São Paulo, as zonas maduras (Central, Mogiana e Paulista) acresceram significativamente seus cafezais. Mas não bastou, e continuou a caminhada para Oeste em busca de terras virgens. [...].

Em Minas Gerais, o café deslocara-se, inicialmente, da Zona da Mata para terras do Norte e do Oeste. Na década de 1920, especialmente em sua segunda metade, o maior número de lavouras surge nas Zonas Central e do Sul, se bem que, ao seu final, mais de dois terços dos cafezais ainda se localizassem na Mata. [...]. (AURELIANO, 1981, p. 16-17).

É lição de Furtado (1981, p. 117), que apesar de o café ser uma cultura permanente, tornou-se itinerante em função da oferta natural dos solos, cada vez melhores, principalmente quando alcançou o Estado de São Paulo. Contudo, o abandono de terras cansadas pela fertilidade, apresentou uma grande devastação das florestas, interiorizando cada vez mais a produção. Surgiram, então, caminhos de terra em que passavam tropas de animais e, posteriormente, as ferrovias, que viabilizaram

uma interiorização cada vez maior da cultura cafeeira e garantiram o modelo exportador da economia.

Segundo Sallum Jr. (1982, p. 14), o café, considerado um produto agrícola, foi resultado de manipulações mais ou menos complexas a que submete-se a terra.

Por sua vez, leciona Holloway (1978, p. 20), que uma das principais características da cultura cafeeira, que gerava uma incerteza, era a tendência da produção variar de ano para ano. Dois foram os principais fatores, isto é, o clima e a força da planta, que, todavia, convergiam para causar essas variações ao ano. Aliás, importa salientar que durante um ano de clima favorável, com temperaturas suaves e quantidade de chuvas adequadas, existia muitas possibilidades de haver uma safra monstro, que excedia a safra do ano anterior, em, aproximadamente, cem por cento. Uma safra como esta extenua a planta, e, por este motivo, a planta e a safra seguinte são normalmente menores. Mesmo depois de um período de recuperação, que pode ocorrer de um a três anos, durante os quais apenas condições climáticas favoráveis podem gerar uma boa safra, pode voltar a ter um aumento na produção. Se, entretanto, as más condições climáticas possibilitarem, mesmo após a planta ter se recuperado, não existirá condições para o surgimento de outra safra monstra.

Diante de todos estes argumentos, afirma-se, por derradeiro, que em relação ao Brasil, o sistema político do Império, como também da Primeira República possuía como alicerce de sustentação três elementos básicos, quais sejam, o latifúndio cafeeiro e pastoril; a economia primário exportadora; e, o controle do poder político pelas oligarquias rurais. As modificações ocorridas a partir da Primeira Guerra Mundial e, principalmente, na década de 20, com o avanço da industrialização, modificaram a estrutura da sociedade em quase que todos os setores, inclusive no âmbito ideológico. (BRUM, 1996, p. 66).

Por isso, examinadas algumas considerações sobre o mercado cafeeiro a partir da Independência do Brasil, verifica-se no capítulo subsequente sobre a crise na economia cafeeira.

## CAPÍTULO 3 – A CRISE DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Neste capítulo, traça-se algumas considerações sobre a crise da economia cafeeira, motivo pelo qual, demonstrar-se-á dados extraídos de variados autores que tratam do assunto.

### 3.1 A CRISE SOFRIDA PELO CICLO DO CAFÉ E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A crise em que a economia exportadora capitalista se encontrou na década de 1920, e que gera resultados em 1929 e 1930, não pode ser pensada dentro dos estreitos limites da análise econômica, visto que se relaciona com a desarticulação das formas por meio das quais desenvolve-se o capitalismo brasileiro. É, portanto, neste sentido, que tanto a economia política quanto econômica, se torna uma crise social de que a Revolução de 30 é o momento crucial. É uma crise social que somente se resolverá, em uma nova maneira de acumular, nos quadros de uma recente estrutura de poder (AURELIANO, 1981, p. 53).

Portanto, elucida Aureliano (1981, p. 53), que, neste passo, procurar-se-á recuperar as relações existentes entre a acumulação de capital e a política econômica da década de 1920, para, então, apreender-se a crise da hegemonia cafeeira, que iniciou, aproximadamente, no ano de 1930.

Colhe-se de *site* da internet, que versa sobre o ciclo da economia cafeeira:

Depois da Revolução de 1930 e dos abalos provocados pela crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos em 1929, o governo Vargas mantém o apoio ao setor cafeeiro por meio do Conselho Nacional do Café e, ao mesmo tempo, decide impulsionar a industrialização. Para reduzir a oferta e melhorar os preços, manda queimar todo o seu estoque e erradicar cafezais, pagando pequena indenização aos produtores. A longo prazo, a produção e a exportação estabilizam-se, sob a supervisão do Instituto Brasileiro do Café, criado em 1952. Na década de 50, as exportações de café ainda representam a maior parte do total comercializado, e o Brasil permanece como o maior produtor mundial. Mas seu reinado absoluto na economia brasileira chega ao fim quando o setor industrial, a partir da segunda metade do século XX, se torna o carro chefe do desenvolvimento econômico nacional. (CONSERVATÓRIA TURISMO).

Leciona, ainda, Furtado (1981, p. 123), que no início dos anos 30, a crise do café agravou-se com as subseqüentes e volumosas safras de cafeeiros plantados na década antecedente. A safra de 1931 a 1932 foi estimada em mais de 17 (dezessete) milhões de sacas de café, o que gerava um aumento nos estoques disponíveis para mais de 35 (trinta e cinco) milhões de sacas. Como as exportações ao ano, alcançavam um pouco mais do que nove milhões, havia um excedente de 26 (vinte e seis) milhões de sacas, o que complicava a situação do setor cafeeiro.

O Governo Federal assumiu, efetivamente, a responsabilidade de sustentação do valor do café, a partir do ano de 1931. Inicialmente, por intermédio do Conselho Nacional do Café, instituído para esta finalidade, logo precedido pelo Departamento Nacional do Café (DNC), no ano de 1933. Foi, então, apresentado o sistema de cotas, que compreendia a compra e destruição, por meio do Departamento Nacional do Café (DNC), do café com qualidade inferior, e na exportação ou estocagem, dentro dos armazéns do próprio Departamento mencionado, do café de melhor qualidade. Deste modo, os excedentes de produção passaram a ser adquiridos e destruídos. Foram queimadas ou até mesmo lançadas ao mar mais de 78,2 (setenta e oito vírgula dois) milhões de sacas de café, no período entre o ano de 1931 ao de 1944. A compra daqueles excedentes para a destruição era financiada, inicialmente, entre 1931 e 1933, pelo imposto cobrado por saca. Depois disso, o imposto passou a ser cobrado por espécie. Assim, a retirada do café do mercado, buscava manter o seu valor de mercado em níveis mais altos do que seriam atingidos em condições normais. (FURTADO, 1981, p. 123).

Nota-se, que é a partir dos primeiros anos do século XX, que o café entra em crise de superprodução. Sob uma intensificada pressão dos cafeicultores, o governo federal é condicionado a adotar uma política que assegure preços, com o uso de recursos públicos, decorrentes do orçamento ou de emissões de papel moeda e de empréstimos externos. Com estes recursos, o governo adquire e armazena os excedentes da produção anual de café, sem sua colocação no mercado. Desta forma, o café deixa de ser um investimento atrativo. (BRUM, 1996, p. 66).

Por oportuno, observa-se:



Em 1933, houve um reajuste econômico pelo qual os credores dos cafeicultores foram pagos, parcialmente, em Obrigações do Governo.

A partir de 1937, o Governo Federal, já com os estoques reduzidos, adotou uma política de mercado pela qual liberou a produção, visando à baixa do preço e a saída dos concorrentes do mercado internacional. Simultaneamente, negociou um acordo com os demais países produtores. O objetivo era deixar livre a venda do café de boa qualidade a preço de mercado e reduzir, progressivamente, o imposto único sobre a exportação. Essa política, desenvolvida pelo Governo através do DNC, fez com que se elevasse o nível das exportações no período 1937-1938, a 16,5 milhões de sacas. Todavia, a baixa dos preços do café no mercado mundial, apesar de ter afastado outros produtores, provocou um declínio acentuado da receita de exportação. Em parte, esse declínio foi compensado pela queda da taxa cambial em 1937.

O mecanismo de mercado funcionou em 1938, mas o início da Segunda Grande Guerra fez com que essa política fosse interrompida e restabelecidos os controles. Os mercados europeus ficaram fechados ao Brasil de 1939 a 1945, porém o consumo do café nos Estados Unidos da América aumentou.

Apesar das condições adversas, o café participou da receita cambial em 35%, no período 1939-1946, elevando-se essa participação a 50,4% no período pós-guerra (1947-1950), mantendo-se sempre acima de 55%, até 1965.

O café, embora perdesse sua posição de maior gerador da economia nacional, continuou a ser o principal produto de exportação brasileira. (FURTADO, 1981, p. 123-124).

Salienta Brum (1996, p. 66), que as modificações mais significativas que surgiram na sociedade brasileira, depois da Primeira Guerra Mundial, acontecem, principalmente, no plano econômico, com repercussões nos outros setores da sociedade. Por um lado, se esgotam as possibilidades de crescimento da economia fundamentada na expansão da produção de bens primários destinados à exportação, tal como o café. De outro lado, intensifica-se, então, o processo de industrialização, uma vez que existe estreita relação entre ambos os fenômenos.

Verifica-se, também, que a Bolsa de Nova York, no ano de 1929, forçou a queda no preço internacional do café (que caiu, no ano de 1930, para pouco mais que a metade de seu valor em 1928). Esta queda continuou, até menos de 40% (quarenta por cento), em 1931, ficando nesses níveis baixos durante muitos anos. Foi, somente, em 1947, que os preços voltaram aos níveis de 1928. Portanto, essa situação agravou a crise de superprodução do café, cujos primeiros sinais, apareceram no início do século XX, conforme já se foi assinalado. (ESTÂNCIA PIRAJU).

Furtado (1981, p. 152), aponta sobre o período da depressão:

A crise de superprodução do café, sucedida pela *Grande Depressão*, em outubro de 1929, marcou o início de uma nova fase da economia brasileira, que se caracterizou pela maior intervenção do Estado na economia e acelerado crescimento econômico.

[...]. O Governo passou a intervir diretamente no mercado cafeeiro, adotando o *plano de sustentação do preço do café*, em 1931; para tanto, passou a adquirir os estoques excedentes e a destruir o café de má qualidade, liberando o de maior procura no mercado mundial. [...].

O volume de café exportado, na realidade, pouco diminuiu com a *Grande Depressão*, mas a queda do preço reduziu a receita de exportação, o que restringiu as relações de troca. [...].

Para enfrentar toda essa crise, vislumbra-se, de acordo com dados da Estância Piraju, que os governadores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, reuniram-se no mês de fevereiro de 1906, no Convênio de Taubaté, para estabelecer uma política para a valorização de tal produto. Os governos estaduais comprometeram-se a adquirir toda a produção e utilizar todos os estoques como instrumentos para impedir quedas e oscilações no preço do produto, além de proibir novos plantios. O Convênio de Taubaté representou a primeira intervenção oficial em defesa do café. Nos anos subsequentes, o governo federal também tomou medidas nesse sentido. Posteriormente, depois da crise de superprodução mundial do ano de 1957, os países produtores e os grandes consumidores criaram, finalmente, o Acordo Internacional do Café, datado no ano de 1962, que definiu algumas quotas de exportação para os países membros.

Comenta Furtado (1981, p. 156), que a agricultura passou a atender mais ao mercado interno do que ao externo. A participação do café na pauta de exportação baixou de 71,7% (setenta e um vírgula sete por cento) para 47,1% (quarenta e sete vírgula um por cento), enquanto o algodão aumentou de 2,1% (dois vírgula um por cento) para 18,6% (dezoito vírgula seis por cento), no período entre os anos de 1935 a 1939.

Portanto, afirma o mesmo autor, que “a infra-estrutura que servira à economia cafeeira passou a atender, também, à economia algodoeira. O algodão

compensou, até certo ponto, o setor exportador que enfrentava a crise cafeeira” (FURTADO, 1981, p. 156).

Consequentemente, Manella, Ruiz, Corrente & Viola (2004, p. 550), esclarecem:

A história do algodão no Brasil é caracterizada por oscilações de fatores externos e internos ocasionais. Um dos principais fatores foi a Guerra de Secessão nos E.U.A (1860), ocasionando a queda da produção americana e elevando a participação do algodão brasileiro. Já o principal fator interno foi a crise do café em 1930, que elevou o cultivo do algodão no país. Com a incidência de pragas e as más condições climáticas provocou-se queda na produtividade da cultura algodoeira.

Destaca Furtado (1981, p. 158), que logo depois do período da Segunda Grande Guerra, o café teve seus valores novamente elevados e teve uma razoável diversificação da pauta de exportação, que passou a contar com uma maior participação de materiais estratégicos. As relações de troca cresceram cerca de 42% (quarenta e dois por cento) e, assim, a renda passou a aumentar mais rapidamente do que o produto real, que, em termos *per capita*, chegou a diminuir no período de 1941 a 1945.

Em pesquisa à Enciclopédia Barsa (1997, p. 287), esta descreve sobre a crise de 1929, que o colapso da bolsa de Nova York, no mês de outubro deste mesmo ano, conjuntamente com a superprodução, trouxe à tona, um reflexo econômico, isto é, a baixa dos preços do café, em plena campanha política para a sucessão do então presidente Washington Luís.

Depois da revolução que impediu a posse do paulista Júlio Prestes na presidência da república, o governo de Getúlio Vargas utilizou de dois recursos para superar a crise. Um deles era a eliminação dos estoques excedentes e o outro a expansão da exportação. Importante se faz salientar, que durante o decênio 1931 a 1940, foram incineradas, aproximadamente, 71.068.581 sacas de café, quantidade que atenderia ao consumo mundial durante três anos. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, p. 287).

No ano de 1933, foi criado o Departamento Nacional do Café que, entretanto, controlou a economia cafeeira até 1946. Neste mesmo ano, como consequência de uma política econômica antiintervencionista, este mencionado órgão extinguiu-se por

intermédio de uma lei votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Logo, quanto ao Instituto Brasileiro do Café (IBC), verifica-se que surgiu em 1952 e ditou a política cafeeira do país até ser extinguido em 1990, no início do governo de Fernando Collor. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, p. 287).

Diante destes ensinamentos, anota-se também:

A superprodução e o rebaixamento da qualidade, ao lado do surgimento de outras culturas lucrativas, como o algodão, levaram ao fim paulatino do exclusivismo do café. A industrialização ajudou a fixar o habitante das áreas cafeeiras em seu torrão. A monocultura deu lugar à policultura. Os latifúndios de fraca produção se subdividiram em pequenos sítios. A urbanização compensou os efeitos perniciosos do esgotamento do solo de várias regiões. As “cidades cogumelos”, como eram chamados os aglomerados urbanos surgidos da noite para o dia na boca do sertão desbravado pelo cafezal, beneficiaram-se então das rodovias e ferrovias construídas para o escoamento do café. Se a fisionomia do centro-sul fora determinada em séculos anteriores pelas bandeiras e pela mineração, ela se desenha no século XIX e na primeira metade do século XX com as linhas retas dos cafezais. E mesmo depois de superada a monocultura, com todos os seus males, o café continua a ser uma das grandes riquezas do Brasil, contribuindo para o ingresso de parte substancial das divisas geradas pelas exportações. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, p. 287).

Esclarece Fernandes (2006), que a famosa crise do café, fez parte da história de muitas famílias paulistas que sofreram seus duros resultados. Esta surge, na realidade, no ano de 1920, em razão do contínuo, descontrolado e excessivo aumento da produção do café, cuja safra chegava a espantosos 21 (vinte e um) milhões de sacas, para um consumo mundial de 22 (vinte e dois) milhões. Já existiam muitos casos de falências e concordatas, muito antes da quebra de *Wall Street* em outubro de 1929. Porém, só em setembro de 1929, o *Correio da Manhã* anunciava setenta e duas falências e concordatas.

Extrai-se de informação colhida da Revista Veja, que:

A periclitante situação da economia cafeeira já era assunto obrigatório em quase todas as esquinas paulistanas. Com a diminuição das exportações e a queda no preço do grão, chegam à ordem de centenas as empresas levadas a registrar falências e concordatas neste ano – apenas em setembro, foram 72, de acordo com o *Correio da Manhã*. Mas o amaldiçoado mês de outubro nos Estados Unidos tornou mais dramática a conjuntura do café no Brasil. Em primeiro lugar, ainda na quinzena inicial do mês, o preço do grão caiu 200 pontos em dois dias na Bolsa de Café e Açúcar de Nova York – de 19,25 dólares passou a 16,65. A queda vertiginosa no comércio futuro do café nacional foi explicada pelo vice-presidente da instituição, Benjamin B. Peabody, por “rumores inquietantes a respeito da situação do Brasil”. Para completar o

cenário funesto, o *crash* na Bolsa de Valores de Nova York, que colocou a economia americana à beira de um colapso, deve inviabilizar o empréstimo de 50 milhões de dólares que a Casa Branca planejava ceder ao governo brasileiro para ajudar os fazendeiros via Instituto do Café.

Os bons tempos de ouro negro estão mais distantes do que nunca. O Brasil não tem mais para onde escoar sua pantafaçada produção, que deve chegar neste ano a mais de 21 milhões de sacas, superando e muito as previsões iniciais, que falavam em 13 milhões. São Paulo, orgulhoso de ser o "estado com um bilhão de pés de café", é responsável por quase dois terços da produção mundial da rubiácea. Tudo isso seria excelente se a demanda mundial crescesse em igual proporção. Mas as exportações seguem caindo – 15 milhões de sacas em 1927, 13,8 milhões em 1928. Pior: o café exportado hoje pelo Brasil é da safra de dois anos atrás, o que significa que ao menos 20 milhões de sacas estão estocadas. A diminuição massiva da venda do café tem tudo para desencadear um rombo na economia brasileira, baseada três quartos na exportação do grão. Quando a notícia da queda em Nova York chegou ao Rio de Janeiro, os operadores da bolsa local, também em acentuada baixa, não enviaram os resultados do fechamento diário para os Estados Unidos, como de costume, temendo que os números no vermelho ampliassem ainda mais o derrocada do café no hemisfério norte. (REVISTA VEJA, 1929).

Em 1927, o Brasil exportou 15.115.000 sacas de café, conquanto em 1928, houve mais uma grande safra. Insta salientar que, mesmo assim, a exportação diminuiu para 13.881.000 sacas (menos de 11%), já que os Estados Unidos da América, a França, a Itália, a Holanda e a Alemanha, que compravam 84% (oitenta e quatro por cento) da produção brasileira, estavam comprando o produto de outros países, uma vez que irritados com o Brasil, pois sua fama de exportador de café era péssima, posto que se encontravam, nos solos brasileiros, uma grande quantidade de pedras, terra e gravetos, que, conseqüentemente, aumentavam o peso das sacas, além da inclusão de café de qualidade inferior, que adulterava o produto final. (FERNANDES, 2006).

Para piorar todo este contexto, no mês de outubro de 1929, os fazendeiros ainda exportavam a safra relativa à 1927. Em contrapartida, a safra de 1928 estava toda retida, dentro dos armazéns de valorização de café, que eram gerenciados pelo Instituto do Café, criado em São Paulo, e que tinha por escopo apoiar financeiramente os fazendeiros paulistas com auxílio do governo federal. (FERNANDES, 2006).

Destaca o mesmo autor:

Em Outubro de 1929 o *Herald Tribune* informava que 2/3 do café consumido no mundo inteiro era produzido em São Paulo e que o café representava ¾ das exportações brasileiras e, por conta da crise mundial, o país estava em precária situação financeira.

Previa-se um déficit de 120.000 contos de réis no orçamento de 1930. A falta de planejamento e controle sobre a produção do café era total e suicida, pois o consumo mundial era de 22 milhões de sacas e o Brasil sozinho, produzia essa quantidade sem mercado comprador determinado. 1929: a safra projetada para 13,7 milhões de sacas chega a mais de 21 milhões e a exportação diminuía cada vez mais!

A crise nos EUA começou a 19/10/29 com a dificuldade de se levantar meros US\$ 100.000 em fundos do governo americano. A crise arrastou milhões de pessoas na chamada matança dos inocentes (a famosa quinta feira negra de 24/10/29), onde pessoas ingênuas perderam tudo o que possuíam já que, em poucas horas, 12.894.650 ações trocaram de dono provocando uma das quedas de Bolsa de Valores mais drásticas da história e provocando a miséria de milhares de famílias nos EUA. (FERNANDES, 2006).

No mês de outubro de 1929, o governo federal brasileiro emprestaria US\$ 50 milhões, para viabilizar que o Instituto do Café auxiliasse os fazendeiros. Mas, o governo americano recusou o empréstimo, pois não havia mais dinheiro disponível nos Estados Unidos da América para empréstimo externo e a crise de *Wall Street* alastrou-se para todo o mundo. Um empréstimo de emergência de US\$ 10 milhões da *Schroeder and Company* foi realizado com o objetivo de alavancar o banco do Estado de São Paulo, tendo como único motivo, a necessidade de financiamento do Instituto do Café de São Paulo e de se tentar evitar problemas gerais concernentes aos fazendeiros paulistas. Portanto, a diminuição nas exportações do café, diminuiu, conseqüentemente, as importações de outros produtos e negócios, que provocaram o fechamento de organizações empresariais. O comércio e a indústria diminuíram tal movimento, com a recessão. Como não existia dinheiro na praça, as fábricas quebram e geram um vasto desemprego. (FERNANDES, 2006).

Com o achatamento dos negócios, provocou-se a ruína, a desonra e a desgraça das famílias, outrora abastadas. Vários fazendeiros se suicidaram ao se encontrar em estado de miserabilidade e, outros, em desespero, chegam a recorrer ao jogo para buscar salvar o seu patrimônio do naufrágio final. A derrocada financeira, que devastou os Estados Unidos da América, a Europa e a América Latina, piorou dia após dia, resultando em desemprego e miséria e, preparou, o cenário para a 2ª guerra mundial. Neste momento, no Brasil, aparecem variadas notícias referentes às falências, concordatas e tragédias familiares. (FERNANDES, 2006).

Verifica-se, que:

A crise de 1929 afetou também o Brasil. Os Estados Unidos eram o maior comprador do café brasileiro. Com a crise, a importação deste produto diminuiu muito e os preços do café brasileiro caíram. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café. Desta forma, diminuiu a oferta, conseguindo manter o preço do principal produto brasileiro da época. Por outro lado, este fato trouxe algo positivo para a economia brasileira. Com a crise do café, muitos cafeicultores começaram a investir no setor industrial, alavancando a indústria brasileira. A solução para a crise surgiu apenas no ano de 1933. No governo de Franklin Delano Roosevelt, foi colocado em prática o plano conhecido como New Deal. De acordo com o plano econômico, o governo norte-americano passou a controlar os preços e a produção das indústrias e das fazendas. Com isto, o governo conseguiu controlar a inflação e evitar a formação de estoques. Fez parte do plano também o grande investimento em obras públicas (estradas, aeroportos, ferrovias, energia elétrica etc), conseguindo diminuir significativamente o desemprego. O programa foi tão bem sucedido que no começo da década de 1940 a economia norte-americana já estava funcionando normalmente. (SUA PESQUISA).

Demonstrados todos estes entendimentos extraídos de obras, artigos e periódicos sobre o tema em tela, assinala-se também que a partir do governo de Getúlio Vargas, que é considerado uma consequência da crise de 1929, o contexto social brasileiro se desloca dos grandes fazendeiros. A sua estrutura social agrária, transfere-se para os industriais e comerciantes provenientes de um conjunto de raças, culturas e tradições diversas, onde predominam majoritariamente os italianos e os árabes, que, entretanto, se instalam como se fossem os novos mandatários do poder e do dinheiro. Aliás, estes se moldam à dinâmica social urbana da nova sociedade, onde a única linguagem, que todos compreendem, é o dinheiro. Essa recente sociedade que se forma no país e no mundo, continua em uma transformação acelerada até ocorrer a 2ª guerra mundial. Contudo, observa-se que com todas estas modificações sociais e seculares, se mantém a concepção de permanência histórica das elites, no comando das mudanças sociais, sempre manobrando-se em proveito de si mesmo. (FERNANDES, 2006).

Importa salientar que com a crise do café do ano de 1929, a atividade agrícola voltou-se para a produção de algodão, milho, amendoim, tomate e cana de açúcar. As propriedades maiores, desmembradas e vendidas, fizeram surgir muitos sítios e chácaras, produtoras de frutas, tais como, a banana, manga, jabuticaba, abacate, dentre outros. (ARQUIVO PÚBLICO DE RIBEIRÃO PRETO).

Assim sendo, anota-se:

A quebra na bolsa de Nova York em outubro de 29 foi um golpe para a estabilidade da economia cafeeira.

O café não resistiu ao abalo sofrido no mundo financeiro e o seu preço caiu bruscamente. As lavouras de café enfrentaram a verdadeira dimensão do mercado.

Nesse processo, milhões de sacas de café estocadas foram queimadas e milhões de pés de café foram erradicados, na tentativa de estancar a queda contínua de preços provocada pelos excedentes de produção. Quando a economia mundial conseguiu se recuperar do golpe de 1929, o Sudeste do país voltou a crescer, desta vez com perspectivas lastreadas na cafeicultura e na indústria, que assumia parcelas maiores da economia. O café retomou sua importante posição nas exportações brasileiras e, mesmo perdendo mercado para outros países produtores, o país ainda se mantém como maior produtor de café do mundo. (VILA DO ARTESÃO).

Frente a todos estes ensinamentos, anota-se, então, que a crise de 1929 atingiu amplamente a economia brasileira, colocando em questão a inserção do Brasil como exportador de produtos primários, razão pela qual ficou evidente a vulnerabilidade do país que até então dependia fortemente da exportação de um único produto, ou seja, o café. (SZMRECSÁNYI; SUZIGAN, 2002, p. 3).

Estudada, então, a crise da economia cafeeira e suas respectivas consequências, examina-se, no próximo capítulo, sobre a industrialização, sua origem histórica e econômica, como também qual a influência ocasionada pelo mercado cafeeiro a esta.



## **CAPÍTULO 4 – ASPECTOS DESTACADOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

Furtado (1976, p. 115), diz inicialmente, que os países que se especializaram em exportação de produtos primários, ou seja, naqueles países em que se teve um aumento de produtividade como efeito da expansão da demanda mundial de matérias primas, a evolução das estruturas produtivas, especialmente o processo de industrialização, demonstra peculiaridades, cujo exame constitui-se um dos aspectos mais importantes da teoria econômica do subdesenvolvimento. O aumento da produtividade e do poder de compra da população, ocasionaram mudanças no perfil da demanda global, no sentido de sua diversificação, gerando um acréscimo mais do que proporcional da procura de produtos manufaturados.

Complementa Brum (1996, p. 71), que o desenvolvimento industrial acelerou a projeção da burguesia e aumentou o crescimento das camadas medianas urbanas e populares, modificando a estrutura das classes sociais, e fazendo, posteriormente, que emergissem novos interesses.

Assim, percebe-se que o desenvolvimento da industrialização no Brasil ocorre desde, aproximadamente, o século XIX. Inicia-se como um setor industrial muito simples, subsidiário à principal atividade econômica, qual seja, a produção de café para exportação e peculiar do período que vai até o fim da década de 1920, período este que passou por uma fase bastante rápida de industrialização, por meio da substituição de importações. Portanto, é a partir de 1930 até 1950, que finalmente transforma-se no setor industrial e integrado dos dias atuais, considerado cada vez mais aberto ao comércio exterior por intermédio da promoção das exportações relativas à manufaturados. (SUZIGAN, 1984, p. 132).

Ainda no decorrer do Segundo Reinado, alguns empresários brasileiros, tais como Irineu Evangelista de Souza, conhecido como Visconde de Mauá e grupos estrangeiros investissem em estradas de ferro, organizações empresariais de transporte urbano e gás, estabelecimentos bancários e seguradoras. A política econômica oficial, entretanto, continuava a privilegiar a agricultura exportadora. Ao final do século XIX, as indústrias brasileiras, na maioria das vezes não passavam de pequenas pelarias,

serrarias, moinhos, etc. O país importava matérias primas, equipamentos, máquinas e grande parte daqueles bens de consumo. (Brasil Escola).

Portanto, destaca-se que neste último capítulo, serão traçados alguns aspectos da industrialização brasileira e quais os fatores gerados pela economia cafeeira, que contribuíram para o desenvolvimento da primeira, razão pela qual, demonstrar-se-á o processo de industrialização pré 1930 e pós 1930.

#### 4.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PRÉ 1930

Para Aureliano (1981, p. 28), é indiscutível que o capital industrial tenha surgido entre os anos de 1886 e 1897, em uma situação de expansão do primeiro ciclo longo do capital cafeeiro, porém, como se sabe, nasce apenas um certo tipo de indústria, ou seja, aquela de bens de consumo assalariado.

De acordo com Vesentini (2008):

O processo de industrialização de uma nação representa um avanço singular no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social de seu povo. Trata-se de um complexo processo onde há o desenvolvimento da atividade fabril, baseada na relação de trabalho assalariada, que passa a atuar como leme da economia, e apura as relações capitalistas, entre burguesia e o proletariado, constituindo assim o capitalismo pleno, ou industrial. No Brasil, este processo ocorre a partir do final do século XIX, visto que antes desta data, o que ocorriam eram pequenos focos de indústrias e manufaturas. Isso porque a escravidão, grande força da economia da época, não contribuía para um desenvolvimento mais estruturado da indústria, pois mantinha consigo grandes investimentos (*compra de escravos*), além do fato de que os próprios escravos não eram habilmente capacitados para atuar em indústrias, e nem era de interesse dos grandes barões instruí-los para tal feito. Outras condições desfavoráveis eram ainda encontradas, fazendo com que o processo de industrialização no Brasil se retardasse ainda mais. O trabalho assalariado possuía, no entanto, suas vantagens frente ao trabalho escravo. Os assalariados poderiam constituir um mercado interno, se tornando potenciais compradores para os produtos industrializados, visto que possuíam liberdade para utilizar seus vencimentos. O trabalho assalariado não gerava a revolta que existia entre os escravos, abrindo espaço para que patrões educassem e capacitassem seus funcionários para atuar no maquinário. Além de que o investimento no assalariado era mais perenizado, pois os salários eram pagos depois do trabalho realizado e em pequenas parcelas. A imigração tem papel fundamental no processo de industrialização no Brasil, pois foram imigrantes os primeiros assalariados do processo, e contribuíram em muito para o aumento do mercado consumidor, visto que já tinham costume de consumir produtos industrializados em seus

países de origem. A industrialização Brasileira foi singular, pois pelo motivo de ter sido tardia, não cursou todos os passos da industrialização que ocorreu na Inglaterra por exemplo. A passagem de um estado de atividade agrícola para fabril, se deu de forma rápida, utilizando-se das modernas máquinas à eletricidade ou à combustão, importadas da Europa.

Já Furtado (1976, p.117), destaca claramente uma série de fatores, que levam a transição de uma economia primário exportadora para uma economia industrial, quais sejam:

a) natureza da atividade exportadora, da qual depende a quantidade relativa de mão-de-obra a ser absorvida no setor de produtividade elevada e em expansão;

b) tipo de infra-estrutura exigido pela atividade exportadora: a agricultura de clima temperado criando uma grande rede de transportes; a agricultura de clima tropical, concentrada em áreas limitadas e muitas vezes em regiões montanhosas, satisfazendo-se com uma infra-estrutura mais modesta; a produção mineira requerendo uma infra-estrutura especializada, na maioria dos casos criadora de escassas economias externas para o conjunto da economia nacional;

c) propriedade dos investimentos realizados na economia de exportação: a propriedade estrangeira reduzindo a parte de fluxo de renda do setor em expansão que permanece no país; recaindo nas economias mineiras de exportação a maior incidência da propriedade estrangeira, os aspectos negativos destas se viram agravados;

d) taxa de salário que prevalece no setor exportador na fase inicial, a qual depende principalmente das dimensões relativas do excedente de mão-de-obra;

e) dimensão absoluta do setor exportador, a qual reflete na maioria dos casos a dimensão geográfica e demográfica do país.

Depois da crise que atingiu os cafeicultores na última década do século XIX, esses mesmos procuraram novas opções produtivas. Dessa maneira, várias infra-estruturas utilizadas anteriormente na produção de transporte de café passaram, a partir desse exato momento, a ser usadas para produção industrial, inclusive daqueles capitais acumulados no cultivo do café. Durante esse processo, a indústria brasileira passou a se diversificar, entretanto, restringia apenas a produção de produtos que usassem uma mínima tecnologia, tal como no setor têxtil, alimentício, além de fábricas de sabão e velas. Destaca-se, que muitos foram os fatores que contribuíram para intensificar a indústria brasileira, dentre eles, o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos. Outro importante fator foi a utilização de ferrovias e portos, que,

anteriormente, eram usados para o transporte de café e que passaram a integrar o setor industrial. Além desse fator, outra razão que favoreceu o crescimento da indústria brasileira foi a grande quantidade de mão de obra estrangeira, sobretudo, de italianos que trabalhavam na produção de café. Portanto, um dos fundamentos para a industrialização brasileira foi a aplicação de capitais resultantes da produção de café para a indústria e contribuição de estrangeiros no serviço das fábricas. (Brasil Escola)

A partir disso, grandes indústrias surgiram, fazendo com que as pequenas manufaturas quebrassem ou fossem engolidas pela concorrência. O investimento na industrialização era muito alto, posto que a importação de grandes lotes de máquinas consumia divisas, que eram quase que, exclusivamente, das lavouras cafeeiras. A industrialização passou a apresentar melhores condições aos cafeicultores, que, então, investiram alto, pois as crises de exportação de café eram claras, além do crescimento do mercado consumidor de bens industrializados, que, inicialmente, eram importados da Europa. Com essas crises, na 1ª e 2ª Guerra Mundial, juntamente com a crise econômica do ano de 1929, o Brasil teve um grande impulso no seu processo de industrialização, uma vez que o mercado de bens de consumo aumentava gradativamente e tornava-se muito lucrativo investir na indústria. Os dois momentos distintos do processo de industrialização no Brasil, quais sejam: o primeiro antes das grandes guerras, momento em que a industrialização assumia um processo de substituição de importações, e outro, quando a própria indústria, munida de investimentos internacionais, passou a possuir uma atuação mais forte, com a entrada de multinacionais e a criação de grandes indústrias estatais, possibilitaram o desenvolvimento industrial do Brasil que, no entanto, continuou restrito à produção de bens de consumo e intermediários, embora já havia a produção de bens de capital, apesar destes, serem ramos relativamente fracos. (VESENTINI, 2008).

#### 4.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PÓS 1930

Ao tratar do processo de industrialização pós 1930, denota-se que os

reflexos da quebra da bolsa de Nova York no tocante à agricultura cafeeira e as modificações ocasionadas através da Revolução de 1930 modificaram o eixo da política econômica, que assumiu natureza mais nacionalista e industrialista. Desta forma, as medidas tomadas para a industrialização foram apresentadas durante o período do Estado Novo. As dificuldades originadas após a Segunda Guerra Mundial, ao comércio internacional, favoreceram a estratégia de substituir as importações. Por isso, no ano de 1946, começou a operar o primeiro alto forno da Companhia Siderúrgica Nacional, no município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Já a Petrobrás foi criada no mês de outubro de 1953. (BRASIL ESCOLA).

Corrobora Brum (1996, p. 86), que a primeira Guerra Mundial, bem como a crise econômica do ano de 1929 e a Revolução de 1930 fizeram surgir condições para o início do processo de ruptura com um passado colonial e a decolagem do processo industrial do Brasil. Aliás, insta salientar que a crise do café que agravou-se bruscamente com a falência da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no ano de 1929, comprovou a vulnerabilidade e inviabilidade da monocultura exportadora como fundamento da economia. A Revolução de 1930, demonstrando a baixa do latifúndio, marcou a ascensão da burguesia rumo ao poder.

Leciona Castro (1969, p. 128), que a agricultura brasileira não sofreu antes nem durante a industrialização contemporânea, mudanças que pudessem estimular diretamente o processo de industrialização. Em pleno impacto gerado pela crise do mercado mundial inicia, então, sua transformação, no sentido de acomodar as novas condições, por intermédio de uma constante e progressiva redistribuição de fatores que favoreceriam a produção para o mercado interno. Ao partir de uma ocasião de notória paralisação, a indústria não somente iria recuperar o tempo que perdeu, mas agigantara-se no tocante ao resto do contexto. Essa colocação poderia influenciar alguns, para que a agricultura passasse à recuperar o terreno, ou seja, a expansão agrícola lideraria, então, uma nova fase de desenvolvimento. Nesse aspecto, mais que em qualquer outro, caberia a tese de que a agricultura forneceria o mercado de que a indústria precisa. Tal definição parece, contudo, bastante equivocada.

Explica o mesmo autor que a partir da década de 1930, a ação do Estado em defesa do setor agrícola e exportador em crise, qual seja, o café, auxiliou indiretamente

o desenvolvimento industrial. A demanda de produtos manufaturados aumentou em função da renda ocasionada pelas atividades ligadas ao mercado interno, e o seu nível manteve-se elevado por políticas macroeconômicas que expansionistas atuavam em defesa do setor exportador. A proteção industrial foi fornecida mediante desvalorizações cambiais e limitações não tarifárias às importações ocasionadas pela crise cambial. Foi através disso, que a industrialização avançou e substituiu as importações de bens de consumo não duráveis e de determinados bens intermediários. Posteriormente, na década de 1940, o Estado passou a investir diretamente em certas indústrias de bens intermediários, tais como a siderurgia e mineração e na produção de motores mais pesados. (SUZIGAN, 1988).

Discorre Aureliano (1981, p. 93), que foi somente a partir do ano de 1933 que se teve início o que convencionou-se denominar de Industrialização restringida. O desenvolvimento do capital industrial, apesar de restrito, traduzia-se pelo limite em última instância à acumulação estabelecida pela capacidade para importar.

Suzigan (1984, p. 132), mostra que os dados inerentes à produção industrial desde o início do século apresentam uma diferença bastante clara nas tendências de longo prazo antes e depois da depressão do ano de 1930. No primeiro período, a taxa de aumento foi moderada e as flutuações cíclicas foram demasiadamente frequentes e um tanto quanto bruscas, com muitos anos de taxas de crescimento negativas ou próximas de zero. No segundo período, essa taxa de aumento pulou para aproximadamente 9% (nove por cento) e aconteceram flutuações cíclicas menores e, portanto, menos pronunciadas, salvo no período de estagnação entre os anos de 1963-1967.

Elucida Silva (2009), que:

A industrialização brasileira teve seu início e evoluiu, aos trancos e barrancos, com o que se convencionou chamar de Teoria dos Choques Adversos, ou seja, quando, a partir de estrangulamentos externos, foram mobilizados os recursos internos disponíveis para fazer frente às carências provocadas pela interrupção dos fluxos comerciais destinados ao País. Procurava-se, assim, através do investimento industrial, atender à demanda reprimida, decorrente da cessação ou diminuição drástica desse movimento de importação de produtos manufaturados.

[...]. A Grande Depressão de 1929 representou o teste mais difícil para a economia do País, com o agravamento da crise de superprodução do café,

porém ensejou a demonstração de sua capacidade de superação dos momentos mais críticos do seu desenvolvimento, pois adotou, a despeito da reprovação interna e externa, a política de destruição de estoques acumulados em razão da forte retração da demanda internacional. Tal política consubstanciara-se na adoção de um keynesianismo pré-Keynes, que viria a revelar-se exitosa no combate à queda dos preços internacionais do café e na manutenção do nível de emprego interno.

Já a II Grande Guerra, com a adesão do País aos Aliados, ensejou a implantação do principal marco da plena constituição do capitalismo brasileiro: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e da Companhia Vale do Rio Doce. A partir daí diz-se que o capitalismo brasileiro passou a andar com seus próprios pés. [...].

Seguindo esse raciocínio, o nacionalismo da era de Getúlio Vargas foi substituído pelo desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubstischek nos anos de 1956 a 1961. Atraindo o capital estrangeiro e estimulando, ainda, o capital nacional através de incentivos fiscais e financeiros, como também por meio de medidas de proteção do mercado interno, Juscelino Kubstischek adotou a indústria de bens de consumo duráveis, tais como eletrodomésticos e veículos, com a principal finalidade de multiplicar o número de fábricas relativas à peças e componentes. Ampliou os serviços de infraestruturas, a exemplo do transporte e do fornecimento de energia elétrica. Com esses investimentos externos e internos, procurou estimular a variedade da economia nacional, acrescentando a produção de máquinas e equipamentos para mecanização agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário, assim como construção naval. Ao início de 1960, o setor industrial superou, então, a média de crescimento dos demais setores da economia brasileira. (BRASIL ESCOLA).

Importante se faz esclarecer, então, que a expansão industrial brasileira aumentou no decorrer das décadas de 1940 e 1950. Foi após a segunda metade de 1950, que o setor industrial passou, então, a ser considerado o carro chefe da economia brasileira. No decorrer do período colonial, através das normas relativas à política econômica mercantilista, não podia implantar-se no Brasil nenhuma atividade produtiva que pudesse competir com aquelas atividades da metrópole ou que prejudicasse seus interesses comerciais. No ano de 1785 o governo português proibiu expressamente e formalmente o funcionamento de fábricas na colônia, para que estas não atrapalhassem o comércio e conseqüente venda de tecidos e roupas comercializadas pelos portugueses no Brasil. Desta forma, os primeiros esforços de

grande importância para o processo de industrialização ocorrem na época do Império. (BRASIL ESCOLA).

Foi, portanto após 1950, que o Estado passou a exercer um papel mais ativo com relação à estruturação do setor industrial. Primeiramente, na articulação existente entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado. Para isso tornou-se importante a definição de uma estratégia geral de desenvolvimento (também chamado plano de metas), como também o estabelecimento destas últimas por meio de *uma ação dos grupos executivos, que foram criados para a orientação e implantação de indústrias específicas*. Em segundo lugar, verifica-se que a proteção ao mercado interno foi substancialmente acrescida. Essa era fornecida por uma recente tarifa aduaneira, bastante protecionista, como também pela política cambial, mediante o controle do mercado cambial e de taxas cambiais diferenciadas, de acordo com o sistema de prioridades. (SUZIGAN, 1988).

Ainda segundo o mesmo autor, dando sequência ao acima esclarecido, que em terceiro lugar, o Estado passou a fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente por meio da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Este foi criado em 1952 e seria a principal agência pública de financiamento industrial. Inicialmente, estava concentrado em indústrias de base, principalmente na siderurgia e em infraestrutura, tal como energia e transportes. Depois de 1960, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiaria investimentos privados em praticamente todos os ramos da indústria de modificações. Finalmente, em quarto lugar, o Estado aumentou a sua participação de forma direta, mediante investimentos na indústria de base (cita-se, exemplificadamente, a siderurgia, mineração e petroquímica) e realizou fortes investimentos na infraestrutura econômica (como, por exemplo, energia e transportes), que, parcialmente, foram financiados por meio de políticas monetárias e fiscais expansionistas.

Como resultado, denota-se, então, que a estrutura industrial cresceu e incorporou segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo as importações concernentes a insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, dentre outros. Essa estrutura seria o alicerce em que se apoiaria o rápido desenvolvimento da produção industrial na



primeira fase do ciclo denominado de expansivo que ocorreu de ano de 1968 a 1973 e 1974. (SUZIGAN, 1988).

Com base em todo o exposto:

A partir da década de 1980, o chamado modelo do Estado Nacional Desenvolvimentista, que lançou as bases da industrialização no país com forte estatização da economia, foi lentamente esgotando; nascendo a partir daí – dadas várias crises –, o Programa Nacional de Privatizações. Paralisado pelas dívidas o Estado empenhou-se em transferir parte de seu trabalho produtivo à iniciativa privada, caracterizando a inserção do Brasil no modelo neoliberal da economia, a partir de 1990.

Apesar da diversidade e complexidade, a indústria brasileira ainda é muito dependente da importação de bens de produção, insumos básicos e sobretudo, de tecnologia estrangeira. (PIFFER, 2007).

Apesar de o processo de desenvolvimento da industrialização brasileira ocorrer até os dias atuais, observa-se, portanto, que procurou-se traçar um paralelo entre o abordado no decorrer dos capítulos, motivo pelo qual, se vê que o tema não esgota aqui, muito pelo contrário, este foi apenas um trabalho que procurou, em síntese, demonstrar a evolução do setor cafeeiro e as consequências geradas no processo de industrialização no Brasil, segundo entendimento de autores e interessados neste assunto de vasta amplitude.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho, procurou, em síntese, abordar a trajetória da economia cafeeira e sua importância para a formação econômica do Brasil, com o objetivo de demonstrar as consequências que o café gerou para o surgimento e o desenvolvimento da industrialização.

Traçou-se algumas considerações sobre a Independência do Brasil e o mercado cafeeiro, que, sem dúvida, foi de grande importância para a industrialização brasileira e responsável direta e indiretamente por parte significativa da renda gerada no país.

O café, que foi consumido na Europa desde o ano de 1650, chegou ao Brasil e demonstrou todo o desenvolvimento do país a partir de sua própria história. Este produto, entrou no país através do Estado do Pará e, portanto, construiu toda a nação brasileira.

No ano de 1731 foi cultivado em grande parte do Estado do Pará e após a Independência do Brasil foi considerado um fator de desenvolvimento, uma vez que para escoar sua produção se fez necessária a construção de estradas de ferro e portos, sendo também agilizado o comércio.

Argumentam alguns autores, que o café surgiu no Brasil, em meados do século XIII e que era considerado um produto fino e destinado para o consumo local, principalmente, aos cafés das cidades da Europa.

Haviam, à época, exportações de algodão, açúcar e cacau, porém foi o chamado ouro negro, o produto de maior exportação. Aliás, insta salientar que o café passou a amparar o pequeno erário régio e a preparar o fortalecimento da economia de grande parte do reino unido que, brevemente, proclamaria a sua independência.

De acordo com vários ensinamentos sobre o assunto, diz-se que grande parte do sistema econômico brasileiro dependia essencialmente do setor cafeeiro e que este viabilizou uma maior participação dos Estados Unidos em relações de troca, tornando as exportações brasileiras menos dependentes do mercado inglês.

O rápido aumento da produção de café nas décadas de 1870 e 1880 é acompanhado por um certo deslocamento do centro geográfico das plantações, motivo pelo qual, as terras férteis pertencentes ao Vale do Paraíba tinham sido totalmente aproveitadas para a produção do café e tornaram-se cada vez mais cansadas.

Colhe-se de dados dos autores pesquisados, que entre os anos de 1919 e 1929, o capital cafeeiro conheceu uma notável expansão e que apesar de o café ser uma cultura permanente, tornou-se itinerante em função da oferta natural dos solos, cada vez melhores, principalmente quando alcançou o Estado de São Paulo.

Afirma-se, ainda, que a crise internacional do ano de 1929, exerceu imediatamente um duplo reflexo na economia brasileira. Ao mesmo tempo em que diminuiu-se a demanda internacional pelo café brasileiro, pressionando seus preços para um valor mais baixo, impossibilitou-se ao governo brasileiro que obtesse empréstimos externos para absorver os estoques excedentes de café, devido ao colapso do mercado financeiro internacional.

Diz-se que é a partir dos primeiros anos do século XX, que o café entra em crise de superprodução. Sob uma intensificada pressão dos cafeicultores, o governo federal é condicionado a adotar uma política que assegure preços, com o uso de recursos públicos, decorrentes do orçamento ou de emissões de papel moeda e de empréstimos externos.

Por este motivo, observa-se que a Bolsa de Nova York, no ano de 1929, forçou a queda no preço internacional do café e que, conseqüentemente, essa situação agravou a crise de superprodução do café, cujos primeiros sinais, apareceram no início do século XX.

A agricultura passou a atender mais ao mercado interno do que ao externo e a infra-estrutura que servira à economia cafeeira passou a atender, também, à economia algodoeira.

No ano de 1933, foi criado o Departamento Nacional do Café que, entretanto, controlou a economia cafeeira até o ano de 1946, porém nesta época, muitas sacas do produto já haviam sido incineradas.

Portanto, os reflexos da quebra da bolsa de Nova York no tocante à agricultura cafeeira e as modificações ocasionadas através da Revolução de 1930 modificaram o eixo da política econômica, que assumiu natureza mais nacionalista e industrialista.

De acordo com todo o exposto, assinala-se que a crise do café que agravou-se bruscamente com a falência da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no ano de 1929, comprovou a vulnerabilidade e inviabilidade da monocultura exportadora como fundamento da economia.

Deste modo, a Revolução de 1930, demonstrando a baixa do latifúndio, marcou a ascensão da burguesia rumo ao poder e, assim, depois da crise que atingiu os cafeicultores, esses mesmos procuraram novas opções produtivas.

A atividade industrial no Brasil, surgiu no período colonial e sua história não consiste em uma evolução sistemática. Porém, a ação do Estado em defesa do setor agrícola e exportador em crise, qual seja, o café, auxiliou indiretamente o desenvolvimento industrial.

Denota-se, então, que a estrutura industrial cresceu e incorporou segmentos da indústria pesada. A partir desse momento, essa estrutura seria o alicerce em que se apoiaria o rápido desenvolvimento da produção industrial, na primeira fase do ciclo denominado de expansivo, que ocorreu do ano de 1968 a 1973 e 1974.

Demonstrada a evolução do setor cafeeiro e as consequências geradas pelo mesmo no processo de industrialização do Brasil, segundo entendimento de autores e interessados neste assunto, anota-se, então, que o café muito contribuiu para a industrialização brasileira e que teve repercussões econômicas e sociais importantes, uma vez que a importância econômica deste refletiu-se na sua expansão geográfica.

Aliás, importante se faz salientar que a exportação brasileira do café começou a crescer a partir de 1816 e que a economia brasileira ficou muito dependente das exportações deste produto, pois quando o preço dele caía, o governo brasileiro comprava estoques e queimava para aumentar o preço (também denominada de política de valorização do café).

Diante disso, afirma-se que é de suma importância as consequências geradas pelo café no processo de formação e desenvolvimento da economia brasileira, visto que este produto tornou-se fator determinante no processo de formação do capitalismo brasileiro, sendo, por esse motivo, o centro de intervenções e regulamentações em decorrência da importância que adquiriu no contexto da economia nacional.

Portanto, do estudo da economia cafeeira é considerado um tema principal e indispensável para compreender-se as características da industrialização brasileira, pois foi o café o grande impulsionador desta.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DE RIBEIRÃO PRETO. **Histórico do Bonfim Paulista**. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/historia/i14bonfim.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. Disponível em: <<http://books.google.com/books?hl=pt-R&lr=&id=QWhjy1WVj74C&oi=fnd&pg=PA15&dq=%22Baer%22+%22A+economia+brasileira%22+&ots=9lyuGhUOwk&sig=1Bq07KVLNgNQ5qWTARYw2cjidys#PPA38,M1>>. Acesso em: 16 out. 2008.

BRASIL ESCOLA. **Industrialização brasileira**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/industrializacao-brasileira.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Industrialização no Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/industrializacao-do-brasil.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios sobre a economia brasileira**. v. I. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

CONSERVATÓRIA TURISMO. **História e geografia: ciclo do café, geografia e origem**. Disponível em: <[http://www.conservatoriaturismo.com.br/conservatoria\\_histegeo.html](http://www.conservatoriaturismo.com.br/conservatoria_histegeo.html)>. Acesso em: 02 jun. 2009.

CULTURA BRASIL. **O apogeu do Império e o Rei Café (1850-1870)**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/reicafe.htm>>. Acesso em: 16 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **República Velha (1889-1930)**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/republicavelha.htm>. Acesso em: 16 out. 2008.

EMBRAPA. *In*: Consórcio brasileiro de pesquisa e desenvolvimento do café. **Economia cafeeira**. Disponível em: [http://www22.sede.embrapa.br/cafe/consorcio/home\\_4.htm](http://www22.sede.embrapa.br/cafe/consorcio/home_4.htm). Acesso em: 16 out. 2008.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL PUBLICAÇÕES LTDA. **Nova enciclopédia Barsa: café**. v. 3. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

ESTÂNCIA PIRAJU. **A história do café**. Disponível em: <http://www.estanciapiraju.com.br/ahistoriadocafe.htm>. Acesso em: 02 jun. 2009.

FERNANDES, Aníbal de Almeida. *In*: História Net. Brasil República, agosto de 2006. **Crise de 1929 e Revolução de 1930**. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=872>. Acesso em: 02 jun. 2009.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana** (formação histórica e problemas contemporâneos). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

\_\_\_\_\_, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Tradução de Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANELLA, Bruna Fontoura Pieri; RUIZ, Érika Cristina Pires; CORRENTE, José Eduardo; VIOLA, Denise Nunes. **Preços do algodão: um enfoque do uso de séries temporais**. 2004. Disponível em: <<http://www.posgraduacao.ufla.br/gauss/congresso/49rbras/pub/t027.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

MELLO, Silvio Luzardo de Almeida. **O exército e a abolição da escravatura, e o exército e a Proclamação da República**. Florianópolis: Insular, 2003.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à Nova República**. 2. ed. São Paulo: Ortiz, 1990.

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito**. 2. ed. Florianópolis: OAB/SC Editora, 1999.

PIFFER, Oswaldo. *In: A industrialização no Brasil*. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/business-management/information-technology-management/1854506-industrializa%C3%A7%C3%A3o-brasil/>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **História do café: "a história do Brasil foi escrita com a tinta do café"**. Disponível em: <<http://portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-do-cafe/historia-do-cafe-8.php>>. Acesso em: 16 out. 2008.

REVISTA VEJA. *In: Veja na história*. Outubro de 1929. **A bola da vez? Turbulência americana acentua a crise do café no Brasil e causa temor de quebras em cadeia na economia nacional. País está atolado com produção e estoques muito maiores do que a demanda**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/crash-bolsa-nova-york/brasil-crise-do-cafe-exportacoes-falencias.shtml>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

SALLUM JR., Brasílio. **Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista: 1888-1930**. São Paulo: Duas cidades, 1982.

SCANTIMBURGO, João de. **O café e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos: Secretaria de Estado da Cultura, 1980.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. v. 4. São Paulo: Hucitec, 2002.



SILVA, Nilton Pedro da. *In*: Conselho Federal de Economia – COFECON. **Artigo**: as crises e a industrialização brasileira. Disponível em: <[http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1745&Itemid=99](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1745&Itemid=99)>. Acesso em: 03 jun. 2009.

\_\_\_\_\_, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

SUA PESQUISA. **O ciclo do café**: história, desenvolvimento, industrialização, exportação de café e consequências. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/ciclo\\_cafe.htm](http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/ciclo_cafe.htm)>. Acesso em: 16 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **A crise de 1929**: o que foi, causas da crise de 29, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, Grande Depressão, a crise no Brasil, o New Deal, fim da crise. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/pesquisa/crise\\_1929.htm](http://www.suapesquisa.com/pesquisa/crise_1929.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2009.

SUZIGAN, Wilson. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**, n. 1, v. 4, jan./mar. 1984.

\_\_\_\_\_, Wilson. **Indústria Brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_, Wilson. *In*: Artigos. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, out./dez. 1988. **Estado e industrialização no Brasil**. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos. A questão racial e a educação: uma releitura a partir do povo negro. *In*: TRIUMPHO, Vera Regina Santos (Org.). **Rio Grande do Sul: aspectos da negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991.

VESENTINI, José William. **A industrialização brasileira e suas características**. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/economics/1786023-industrializa%C3%A7%C3%A3o-brasileira-suas-caracter%C3%ADsticas/>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

VILA DO ARTESÃO. **A crise de 1929.** Disponível em: <<http://www.viladoartesa.com.br/blog/2008/04/a-crise-de-1929/>>. Acesso em: 02 jun. 2009.